

A Economia: Uma ciência social sob tensão *

Resumo

Este artigo é um contributo para um balanço das ideias económicas em Portugal nos últimos trinta anos. Depois da renovação do pós-guerra, foi com a democracia que se constituiu uma comunidade académica significativa. É possível estabelecer pelo menos duas fases que distinguem orientações epistemológicas e interesses analíticos. Na primeira, construiu-se uma ciência social cujo objeto foi o sistema económico, os seus problemas e dinâmicas. A interdisciplinaridade e a vocação substantiva foram notórias. Na segunda fase assistiu-se ao que se pode designar uma regressão disciplinar, com predomínio da análise formalista.

Empiricamente, usam-se as publicações de três revistas (duas de Economia e uma de natureza interdisciplinar) e os projetos aprovados pela FCT e conclui-se que nas encruzilhadas de hoje há vários caminhos. Um deles é o que insista na Economia como “ciência dos mercados”, legitimadora e normativa. Outro é o que a valorize como ciência aberta, assente no pluralismo e numa relação crítica com a realidade.

1. Uma história por fazer: a consolidação recente da comunidade académica da Economia

Não está feita a história das ideias económicas em Portugal nas décadas mais recentes. Quer se trate de apreciar sistematicamente o modo como se deu a recepção das principais linhas de pensamento, quer se procure ter uma percepção geral dos contributos e dos desenvolvimentos que a comunidade académica foi produzindo, falta-nos uma apreciação global semelhante à que foi sendo feita para períodos precedentes, quando a dimensão e as características da comunidade científica de Economia[†] eram muito diferentes das actuais. Esta necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento das ideias económicas em Portugal vale tanto para o que ocorreu no plano do ensino como o que se passou quanto às principais prioridades da investigação.

Por isso, o que estará em causa é uma tentativa de compreensão das opções conceptuais, das visões teóricas, das estratégias metodológicas ou das convicções epistemológicas, assim como do entendimento das matérias substantivas que suscitaram a trajectória seguida pela disciplina. Apesar de inexplorado, este é um campo largo, visto que corresponde a um

* Publicado em versão inglesa, sob o título, "Economics: A social science under pressure", no *Portuguese Journal of Social Science*, 11, 1, 31-40, 2012.

† Usarei Economia, com inicial maiúscula, para definir a disciplina (*Economics*) e economia para designar a realidade económica.

período em que a Economia se desenvolveu de forma muito rápida, atingindo um patamar totalmente distinto dos anteriores. Registou-se, com efeito, uma intensa modernização das abordagens, quebrou-se a base limitada em que, até então, o saber económico tinha assentado e assistiu-se a uma significativa internacionalização do grupo académico dos economistas assim como daqueles que, em domínios não universitários, têm agendas de investigação ou análise.

A título muito provisório podem ser formuladas algumas hipóteses que nos encaminhem para um quadro de interpretação inicial. Mas ele há-de carecer de enormes desenvolvimentos, pois é meramente exploratório. Para esse efeito, vou distinguir dois períodos recentes, para além de fazer uma referência ao contexto precedente. Farei inicialmente uma apreciação do que me parecem ser linhas de força essenciais dos estudos económicos das décadas de oitenta e noventa. Defenderei que esta foi uma fase de expansão e consolidação da disciplina e que se pode registar um assinalável pluralismo das opções teóricas e metodológicas. Contrastarei o que caracterizou neste período com o que acontece nos tempos correntes, dos anos 2000. Começo com uma breve alusão ao que a história das ideias económicas em Portugal tem assinalado sobre o período imediatamente anterior aos que referi inicialmente, desde o pós-guerra.

2. A renovação do pós-guerra

Na ausência de um trabalho sistemático sobre o pensamento e a produção teórica recente, pode tomar-se como ponto de partida o que Carlos Bastien (2000) nos indica como sendo o ambiente intelectual neste domínio no imediato pós-guerra. Vou assumir este período como o ponto de “amarragem” das considerações que farei sobre as fases mais recentes, designadamente quando a investigação económica em Portugal teve o seu fôlego inicial contemporâneo, tornado visível nas duas décadas que referi atrás, a de oitenta e a de noventa.

Segundo Bastien (idem: 20-22), assistiu-se no imediato pós-guerra[‡] à “remissão da teoria económica corporativa a uma posição marginal”, com o início de um “processo de renovação e recomposição dos saberes económicos”, através da “recepção da síntese neo-clássica-keynesiana” e da atenção dedicada às aproximações de índole microeconómicas próprias da teoria do consumidor, do produtor e dos mercados e às questões da formação do rendimento nacional. A maior visibilidade e impacto da visão keynesiana, através da síntese operada com

[‡] Através das lições de *Economia Política* de Pinto Barbosa (1947-8).

o raciocínio neoclássico, ocorreriam pouco depois e expressar-se-ia na divulgação do modelo IS-LM. As teses de doutoramento de José Beleza (em 1955), Jacinto Nunes (em 1956) e Teixeira Pinto (em 1956) e os compêndios de Francisco Pereira de Moura (em 1964 e 1969) deram concretização e confirmaram a “hegemonia desta corrente”, servindo também de “referencial fundamental para a generalidade dos ramos especializados em que a Economia deste período de veio progressivamente a diferenciar”.

Pode, porventura, identificar-se nas três décadas deste longo período o germinar de um pluralismo não irrelevante para que contribuíram a emergência de uma corrente marxista, de que Armando de Castro é figura importante, os próprios estudos de propensão modernizante dentro da teoria económica do sistema corporativo (na Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, com destaque para os trabalhos de Sedas Nunes), o “engenheirismo” da inovação técnica desenvolvimentista de Ferreira Dias e Araújo Correia, e o estruturalismo. Neste último caso, Cardoso (2009: 252) analisou “a influência da escola estruturalista de desenvolvimento económico da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL)” em Portugal e, sem identificar protagonistas no nosso país, associou-as às preocupações desenvolvimentistas iniciadas nas décadas de 1930 e 1940, tendo em conta as preocupações comuns acerca “das condições do subdesenvolvimento” e a convicção da insuficiência da “capacidade autorreguladora das forças espontâneas de mercado” (*idem, ibidem*: 261).

Bem se sabe que não estamos perante uma grande difusão do conhecimento económico, tanto na sociedade como na academia. Para além do que se estudava nas duas faculdades de Direito, só em 1953, com a criação da Faculdade de Economia do Porto, se alarga um universo até aí limitado a uma escola, aliás, ainda muito marcada por uma história de estudos comerciais. É, por isso, prudente considerar-se que ainda há pouco mais de 30 anos atrás a Economia era, em Portugal, uma ciência social pouco desenvolvida, escassamente instalada, a quem faltava um corpo teórico estruturado e, muito menos, os sinais de que constituísse uma comunidade epistémica, com campos definidos e com o pluralismo e o debate necessários. De facto, nesse momento ela não seria vista como muito mais do que um pequeno núcleo, situado no cruzamento de ciências vizinhas: a matemática e a estatística, a sociologia ou a análise social, a contabilidade, o direito ou a fiscalidade, a história, eventualmente a geografia. Bastaria observar os *curricula* universitários para encontrar uma justificação para este ponto de vista. A emergência daquele núcleo teórico estritamente associado aos saberes económicos essenciais era, no entanto, um sinal, embora limitado, da emergência da disciplina na sua faceta contemporânea e moderna.

Com a democracia e a transformação social posterior ao 25 de Abril, quer a academia, quer a arena pública passaram rapidamente a sujeitar a disciplina a uma pressão intensa no sentido da uma configuração paradigmática que a desenvolvesse na esfera universitária e a inserisse no debate sobre a evolução do país. É certamente neste processo que vamos encontrar a busca de legitimação por parte de uma disciplina que revelava um fortíssimo atraso na sua instalação. Do mesmo modo, pode situar-se aqui o início de um movimento da sociedade para a sujeitar a escrutínio, dado ter-se tornado notório o seu papel “performativo” das tendências a que o país estava exposto.

3. Uma disciplina plural, atenta às problemáticas do desenvolvimento: as décadas de oitenta e noventa

O primeiro dos períodos mais recentes em que me vou concentrar corresponde, pois, às décadas de oitenta e de noventa, e tomá-lo-ei como o momento em que a comunidade académica se alarga, internacionaliza e desenvolve agendas de investigação relevantes e de dimensão já apreciável. Pode, para este período, formular-se uma intuição inicial: a Economia constituiu-se nesta fase como uma disciplina essencialmente interessada na compreensão do sistema económico, na sua globalidade – isto é, nas actividades que o formam, nas articulações que os estruturam e nas interdependências que inibem ou fomentam as suas dinâmicas. De par com isso desenvolvem-se leituras sobre as políticas económicas e as lógicas que lhes presidem, com atenção às ideias e à história do pensamento e dos factos económicos.

Sem descurar as relações com os períodos anteriores, em especial a fase final da ditadura, constato que foi neste período que se fixou um conjunto já suficientemente plural de problemáticas e de visões essencialmente relacionadas com o desenvolvimento e que começaram a marcar uma comunidade intelectual pequena mas, ainda assim, já com capacidade para acumular e transmitir conhecimento de forma extensa.

É nesta altura que se estabelece um contraste claro com a base limitada em que se tinham produzido as inovações teóricas ocorridas do pós-guerra, assinaladas pelos historiadores do pensamento económico em Portugal e correspondentes a um pequeníssimo ambiente universitário, praticamente reduzido a referências singulares. Em termos gerais, acerca da profissão, Carlos Gonçalves (2006: 410), ilustra, de facto, que é este o momento da consolidação, pois nos cerca de vinte anos que decorrem entre 1970 e 1991 o recenseamento

dos economistas regista a passagem dos pequenos números para um volume significativo, na ordem dos 10 mil.

A minha convicção é que a produção económica deste período corresponde essencialmente a um compromisso com o debate sobre o desenvolvimento e com o objectivo de compreensão das inter-relações que estruturam o sistema económico. De facto, na década de 1980 consolida-se uma comunidade académica de economistas ampla e em significativo desenvolvimento. Os temas que emergem são os que dão atenção aos *processos* (de desenvolvimento, de crescimento e de industrialização), às *políticas* de base interna (políticas agrárias e de desenvolvimento agrícola, políticas de industrialização, modernização e infra-estruturação do país) e às *relações* entre espaços económicos (integração económica pelo comércio internacional ou pelo investimento directo).

Trata-se, pois, de uma aproximação aos problemas económicos através da compreensão dos macroproblemas da economia e das relações que esta estabelece. O conhecimento económico apresenta-se, assim, como um conhecimento híbrido, ou “impuro”, (Reis, 2009) marcado pela análise das políticas, do papel dos actores, pela compreensão dos obstáculos estruturais e culturais, pela presença de lógicas sectoriais específica e pela atenção a problemas substantivos da vida colectiva. Um quadro que antecede de forma muito contrastante à lógica de segmentação dos problemas e de formalização metodológica que se lhe há-de seguir.

A observação não-exaustiva destas décadas, em que começa a ser possível falar de uma comunidade intelectual de economistas suficientemente larga, ilustra bem que entre os temas de trabalho dos especialistas de Economia com publicações nas décadas de 1980 e 1990 as questões anteriormente referidas são muito centrais: a problemática da estagnação e do crescimento, a industrialização, a política industrial e a política agrária, os processos de planeamento, as relações de troca intersectoriais dentro da economia, a integração económica no espaço europeu, o desenvolvimento territorial.

No mesmo sentido vai uma observação dos 70 textos publicados pela *Análise Social* entre 1980 e 1999 por economistas.[§] Revelou-se aí uma fortíssima predominância das matérias classificáveis como problemáticas do desenvolvimento, do crescimento, das políticas públicas e do funcionamento do sistema económico nacional, considerando as suas macrotendências. Indiscutivelmente, era o sistema nacional que, de uma perspectiva macro, interessava à investigação económica e a lógica de análise privilegiava os processos e as

[§] Não se consideraram outros autores (historiadores, sociólogos ou agrónomos, por exemplo), mesmo quando as problemáticas eram claramente convergentes com as que os economistas tratavam.

dinâmicas reais da economia. Se àquele tema juntamos os da estrutura produtiva e da especialização industrial, o dos recursos humanos, formação e da condição das pessoas ou dos grupos sociais, a economia nacional e as suas tendências, dinâmicas e lógicas de funcionamento ocupam cerca de 85% da produção aqui recenseada.

Desenvolvimento, políticas e macrotendências:	39/70 (55.7%)
Estrutura produtiva e especialização:	11/70 (15.7%)
Recursos humanos, pessoas e rendimentos:	10/70 (14.3%)
Integração europeia:	6/70 (8.6%)
Economia colonial:	4/70 (5.7%)
Teorias:	1/70 (1.4%)

As relações da economia portuguesa com o exterior, sejam as de âmbito colonial ou as de âmbito europeu, têm ainda uma presença escassa e as questões estritamente teóricas apenas são matéria de um artigo. São, no entanto, muito claras as vizinhanças e as articulações com a história, tanto do pensamento como dos factos económicos, ou com a análise política, sendo igualmente relevante a presença das questões tecnológicas e científicas. As problemáticas industriais, as políticas e as estruturas agrárias, a grande infra-estruturação do país, as questões associadas ao trabalho são centrais na investigação económica. Algumas matérias mais delimitadas, como as de ordem monetária, estão também pontualmente presentes e inclui-as na primeira das grandes tipologias que usei acima.

Evidentemente que se pode comentar, com razão, que esta amostra da investigação económica das décadas de oitenta e noventa é fortemente influenciada pela revista onde os textos foram publicados, pois estamos perante uma revista de ciências sociais e de âmbito largo. Mas a verdade é que o conjunto dos trabalhos publicados é numeroso (70) e não pode deixar de ser significativo para a demonstração que estou a procurar fazer de que uma significativa comunidade académica de economistas está enfim constituída em Portugal e passa a marcar, de forma diversa e extensa, a produção científica das ciências sociais.

Foi feita também a observação dos artigos publicados em duas outras revistas, estas especializadas em Economia, durante o mesmo período (anos 80 e 90): a revista *Estudos de Economia* e a revista *Economia*. Trata-se de duas revistas com projectos científicos porventura diversos. Os cerca de 370 artigos publicados na primeira revelam uma assinalável pluralidade de temas e de problemas da Economia. Sujeitei esses artigos ao uma taxonomia classificatória diferente da que usei para os artigos da *Análise Social*, embora o universo dos textos em apreciação comportasse uma grelha como a anterior. Mas, como também admitia

uma fórmula mais simples (primeiro sinal de uma redução do campo problemático dos estudos económicos), usei apenas quatro categorias para referenciar os artigos: (1) modelos e formalização; (2) políticas públicas e fenómenos sociais; (3) sistema económico, estruturas e dinâmicas da economia e (4) ideias, história e métodos.

Os indicadores de que disponho são ainda exploratórios e, portanto, provisórios. Contudo, pode observar-se o seguinte:

- Os artigos destas duas revistas, embora ilustrativos de uma problemática económica diferente (mais restrita e mais “positivista”) do que os que considerei inicialmente, revelam ainda uma assinalável diversidade e pluralismo;

- De facto, as questões da modelização e da análise formais, próprios de disciplinas da Economia, convivem adequadamente com a abordagem histórica, o reconhecimento dos debates teóricos e a formação das ideias;

- Os textos que privilegiam a análise substantiva da economia, as dinâmicas produtivas ou distributivas, as situações contextuais de organização produtiva ou a evolução das estruturas e das relações económicas têm um lugar central nos estudos dos economistas, o mesmo acontecendo com o lugar dado às políticas e aos fenómenos sociais que interpelam a Economia;

- Em todo o caso, duas notas devem ser feitas: a existência das duas revistas indica, ele mesmo, uma expressão de pluralismo, podendo verificar-se que há diferenças significativas entre a produção científica publicada cada uma delas (com um lugar mais destacado para a análise formal e para a modelização em *Economia*), a evolução temporal ao longo das duas décadas analisadas desenha uma trajetória de convergência entre ambas e uma tendência geral para a redução da diversidade e para a preponderância da Economia formal, em detrimento dos temas substantivos, da discussão histórica e da análise das ideias.

4. A redução epistémica e a marginalização de saberes e problemas: os tempos correntes

Depois das décadas de oitenta e noventa tornou-se claro que a ciência económica assumiu uma norma e tornou-a prevalecente. A disciplina normalizou-se através da redução do problema económico e do esquema analítico adoptados, colocando alguns saberes que antes assumiam uma natureza substantiva na condição de especificações marginais.

A revista *Estudos de Economia* publicou o seu último número em Outubro de 1999** e a revista *Economia* teve a sua última edição em Outubro de 2003††. O número 1 do *Portuguese Economic Journal* aparece em Abril de 2002. Este última revista indica que “aims to publish high quality theoretical, empirical, applied or policy-oriented research papers on any field in economics.” E que “the geographical reference in the name of the journal only means that the journal is an initiative of Portuguese scholars”. Trata-se indiscutivelmente de um projecto editorial que adopta a norma predominante na investigação económica, associada à formalização e ao respeito pelo entendimento da Economia com a ciência dos mercados e do comportamento individual sujeito a incentivos.

Entretanto, *Notas Económicas-Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, que havia sido criada em 1993‡‡ com a finalidade de reflectir, de um ponto de vista interdisciplinar, as áreas de investigação desta faculdade – Economia, Gestão, Sociologia e Relações Internacionais – seria, na viragem do século, reconvertida em revista que privilegia as duas primeira áreas disciplinares.

A hipótese que formulo é que o problema substantivo que passou a predominar deixou de ser a compreensão sistémica do funcionamento económico (estrutura, inter-relações e dinâmicas) e dos processos que nele se desencadeiam para ser essencialmente a aplicação, através de medidas quantificadas, de uma ciência dos mercados e dos incentivos que norteiam os comportamentos individuais.

A observação dos números da *Análise Social* entre 2000 e 2011 revela um panorama substancialmente diferente do das duas décadas anteriores. As colaborações de economistas rareiam, não permitindo fazer uma distribuição como a que fiz acima. Para além dos estudos históricos, e da presença de autores estrangeiros, registam-se apenas textos relacionados com economia da inovação (2), com as relações económicas europeias (2), com os estudos locais (1) e com a economia dos ciclos políticos e eleitorais (1).

As razões para esta alteração significativa são, certamente, várias. Mas a hipótese que coloco é que estamos perante uma ilustração da regressão disciplinar da Economia, que inviabiliza a “convivência” com outras perspectivas dentro das ciências sociais e leva ao abandono de palcos mais abertos, confinando-se a ambientes mais estritos.

** O número 4 do Volume 19.

†† O volume 27, (Jan. / Out. 2003).

‡‡ O seu primeiro número é de Abril de 1993.

Os concursos para projectos de I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) servem de exemplo muito particular para esta tendência, no período em que agora me concentro. De facto, a observação dos concursos posteriores a 2000^{ss} permitem que se aponte a seguinte conclusão: a investigação económica estimulada pela política pública é, na sua larga maioria e com poucas excepções, caracterizada pelos trabalhos sobre optimização, mercados e estruturas de mercado, estimação econométrica, modelização e teoria dos jogos. Problemáticas mais amplas, como o do estudo das desigualdades ou da economia das instituições, têm uma presença que, apesar de limitada, se retinha frequentemente a umas das várias abordagens do mesmo problema e a uma escassa ou mesmo inexistente relação com outras formas de conhecimento.

Foi isso, aliás, que levou um conjunto muito largo de economistas e de outros cientistas sociais que partilham o interesse pelo estudo do económico a dirigirem ao Presidente da FCT um apelo, intitulado “Pelo pluralismo e a abertura interdisciplinar na investigação sobre a economia”. Constata-se que os painéis que avaliam projectos desta área, “têm sistematicamente isolado o campo da Economia e promovido uma unicidade empobrecedora dos estudos nesta área, hostilizando a diversidade e subordinando o único critério justo - o da qualidade – ao da lealdade ao cânone teórico da sua preferência”. Por isso, são muitos os investigadores que acumulam “uma longa e frustrante experiência” e gerou-se “um problema para a investigação sobre economia em Portugal”. Os quase cem subscritores iniciais do apelo assumem que “a percepção de que existe dentro da crise económica uma crise da Economia, como disciplina académica, tem-se vindo a acentuar nos últimos anos”. E defendem que não pode ser desperdiçado ou hostilizado “o interesse pelo estudo interdisciplinar da economia por parte quer de economistas, quer de investigadores de diferentes áreas disciplinares das ciências sociais, tais como a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Política, ou a Antropologia, mas também de outras áreas de conhecimento como a Física, a Biologia, as Ciências da Computação, as Neurociências ou a Filosofia”.

Afinal, é para aí que parecem apontar tendências internacionais “de que são exemplo a atribuição recente do “prémio Nobel da Economia” a economistas tão inovadores como Amartya Sen e a investigadores com formação disciplinar diversa, em áreas distintas da ‘Economia’, como Daniel Kahneman e Elinor Ostrom”.

^{ss} Os de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2009.

A verdade é essa, são cada vez mais audíveis as vozes a favor de um reforço do pluralismo interno e da abertura interdisciplinar da Economia capaz de estimular a inovação e a renovação teórica. Os numerosos manifestos provenientes dos meios académicos dos economistas indicam que a Economia, sendo uma disciplina onde o pluralismo e a aposta interdisciplinar se manifestam muito expressivamente, sofre, no entanto, de uma fortíssima dessintonia por parte do conhecimento e das opções prevalecentes no meio académico.

A criação recente de *The World Economics Association* (WEA) serve de ilustração a um debate que é já intenso. O Manifesto desta associação, proposto por uma lista muito significativa de membros fundadores^{***}, afirma o respeito por: (a) the variety of theoretical perspectives; (b) the range of human activities and issues which fall within the broad domain of economics; and (c) the study of the world's diverse economies. Por isso, afirma os seus “commitments” e “aims” com “*plurality*” of “thought, method and philosophy”; “*competence*”, através de “critical thought, development of new ideas, empirically based rigor and higher standards of scholarship”; “*reality and relevance*”, promoting “economics’ engagement with the real world so as to confront, explain, and make tractable economic phenomena” and encouraging “economics to give active consideration to its history, its methodology, its philosophy and its ethics”; “*diversity*” and “*opness*”. Ao mesmo tempo, “the Association recognizes the valuable contributions to economic thought that are made by researchers and thinkers outside the main body of economics”.

5. As encruzilhadas de hoje: quantos caminhos há?

Não é difícil prever que a Economia persistirá como uma disciplina onde continuará a ser grande o lugar ocupado pela visão normativa e pela redução analítica a modelos simplificados e a relações quantitativas. É neste âmbito que se continuará a desenvolver o seu papel de legitimação face a uma ordem assente em relações predominantemente de base mercantil e concorrenciais. A “ciência dos mercados” ocupou todos os espaços que encontrou vazios ou disponíveis e sobrepôs-se a territórios de investigação onde coexistem outras visões e preocupações com um conhecimento crítico e problematizador. A questão que interessa

^{***} Alice Amsden, Massachusetts Institute of Technology; Dani Rodrik, Harvard University; James Galbraith, University of Texas at Austin; Tony Lawson, Cambridge University; Ha-Joon Chang, Cambridge University; Luigi Pasinetti, Catholic University of Milan; Ugo Pagano, University of Siena; Manfred Nitsch, Freie Universitaet Berlin; Bruno Amable, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; Jacques Sapir, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; Dic Lo, Renmin University of China and University of London; Luiz Carlos Bresser-Pereira, Getulio Vargas Foundation and University of São Paulo; Ana Celia Castro, Federal University of Rio de Janeiro Ali Kadri, United Nations and London School of Economics ; Jishnu Das, World Bank.

colocar é se, para além disso, haverá lugar para a consolidação do pluralismo teórico, metodológico e cultural. Quer dizer, resta saber se existe apenas um caminho, com redução das outras visões a lugares dispersos, eventualmente forçados a abandonarem o campo da Economia tal como ele se autodefine, ou se, alternativamente, é possível uma difícil, mas rica, consolidação plural dentro do que se tem convencionado chamar ciência económica. Não creio que haja espaço para uma eventual especificidade portuguesa nesta discussão ou na sua resolução. Pelo contrário, é certamente na cena académica independente de fronteiras, cosmopolita, que se desenvolverá o debate e se estabelecerão caminhos.

A robustez pluralista da Economia depende criticamente de um regresso ao interesse pelos sistemas sociais, pela sua estrutura, organização, interdependências e dinâmicas. Não se trata de um regresso, trata-se essencialmente de um compromisso. Um compromisso com o ambiente aberto das ciências sociais e da filosofia do conhecimento, rejeitando o fechamento frequentemente cultivado e eliminando a possibilidade de um “imperialismo da Economia”. A Economia é, provavelmente, uma das disciplinas que menos pode viver sem a história, tanto a dos factos como a das ideias. A recente desvalorização da história, nestas duas componentes, tem muito a ver com a desatenção dada pela Economia dominante aos processos, às continuidades e rupturas ou às instituições. E, inversamente, a evolução registada assenta no valor dado à noção de que os agentes económicos são generalizadamente identificáveis por um princípio de racionalidade e por uma lógica de acção facilmente parametrizável. Para alguns, a Economia, é uma disciplina que sabe definir com rigor tanto uma coisa como outra. Pode, assim, dispensar um compromisso com “the real world”. Mas isso é cada vez menos defensável. Uma “economics of the real world”, há-de assumir duas referências essenciais: uma é com o contexto intelectual da filosofia e da história da ciência, para situar a construção dos saberes económicos e para o relacionar com as matérias substantivas que estiveram relacionadas com a sua evolução, a outra é com os problemas económicos contemporâneos e com as questões conceptuais que eles suscitam.

Parece-me essencial a noção de que “a Economia é uma ciência social substantiva”. Por isso o seu objecto “é aberto e complexo” – são os sistemas económicos (Bresser-Pereira, 2009). A dimensão relacional desencadeada pela atenção à dimensão material parece-me, com efeito, ser um assunto crucial na Economia. É isso que leva João Ferreira do Amaral (2010: 27) a dizer que “para compreender o que se passa no domínio económico temos de analisar quer as relações sociais envolvidas, quer as relações com as coisas produzidas”.

Deste modo, se pretendermos identificar o económico e a Economia, podem aceitar-se, como sugeri em Reis (2010: 227), três grandes domínios:

- O dos mercados, da escolha e dos incentivos, quer dizer, o domínio comportamental dos indivíduos em situação de troca, produção ou consumo;
- O domínio dos procedimentos colectivos, organizacionais, isto é, o domínio que analisa a estabilização das interdependências individuais que, podendo incluir, a produção, o consumo e a troca, estão no entanto para além disso;
- O último é o da diferenciação das situações contextuais, das variedades da economia e da sua contextualização institucional, coisa associada de forma próxima à definição de modos de governação.

Para além do que esta proposta contenha como “mapa” possível do que é económico, importa dizer que o esforço a desenvolver não é apenas topológico – é também conceptual. Isto é, por detrás do mapa está um capital de noções essenciais acumulado pela teoria económica sempre que ela se alarga e se torna plural. Aos dois últimos domínios, que estão para lá do campo da acção e do comportamento individual, podem associar-se conceitos precisos que lhes esclareçam o significado. Conceitos equivalentes ao de mercado. Ao primeiro, que constitui o supply side da economia, a organizational ecology, pode associar-se a noção de especificidade dos activos (asset specificity). Com ela, quer sugerir-se que qualquer processo económico assenta em recursos (activos) próprios e diferenciados, constituídos ao longo de processos singulares e estritamente relacionados com o contexto organizacional em que vão ser usados e valorizados. Ao segundo, sugiro que se associe a discussão sobre a endogeneidade das preferências, conceito segundo o qual as pessoas formam as suas decisões através de interacções intensas de natureza contextual, política e social, e não de modo abstracto, dedutivamente comandado por padrões de racionalidade que lhes sejam exteriores.

As reflexões de um econométrista que em 1979 recebeu o prémio Nobel da Economia, Trygve Haavelmo, são esclarecedoras para compreendermos a noção de endogeneidade das preferências e as tensões a que um programa de investigação em Economia deve estar sujeito: “as teorias económicas existentes não são suficientemente boas. Partimos do estudo do comportamento individual em diferentes condições de escolha. Tentamos então construir um modelo da sociedade económica na sua totalidade através de um assim designado processo de agregação. Penso agora que isto, na verdade, é começar no ponto errado. Se partirmos de uma sociedade realmente existente podemos pensá-la como uma estrutura de regras e

regulamentos na qual os membros da sociedade têm de funcionar. As suas respostas a estas regras, enquanto indivíduos que lhes obedecem, produzem os resultados económicos que caracterizariam essa sociedade,” (Haavelmo, 1997: 15).

Como se sintetiza num livro (Neves e Caldas, org., 2010: 8) que quero de deixar como referência final, pensarmos a Economia e as tensões criadoras a que se encontra sujeita, “o que está em causa é o lugar do ‘económico’, a forma como este é conceptualizado e pensado, e a sua relação com o ‘político’, o ‘moral’, o ‘social’ e o ‘ambiental’. Está em questão a própria identidade da Economia e das relações que estabelece com as demais ciências”.

Bibliografia

- Amaral, João Ferreira do (2010), “O “económico” e o “economicismo””, in Vítor Neves e José Castro Caldas (org.), *A Economia Sem Muros*. Coimbra, Almedina/CES.
- Bastien, Carlos (2000), “A divisão histórica do pensamento económico português em períodos”, Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009), “The two methods and the hard core of economics”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 31 (3), 493-522.
- Cardoso, José Luís (2009), “Reflexões periféricas sobre difusão internacional do pensamento económico”, *Nova Economia*, 19 (2)
- Gonçalves, Carlos Manuel (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Haavelmo, Trygve (1997), “Econometrics and the Welfare State”, *American Economic Review*, 87 (suplemento), 13-17.
- Neves, Vítor e José Castro Caldas (org.), *A Economia Sem Muros*. Coimbra, Almedina/CES. Reis (2010), “Um ciência indisciplinar: A cidade dos economistas”, in Vítor Neves e José Castro Caldas (org.), *A Economia Sem Muros*. Coimbra, Almedina/CES.
- Reis, José (2009), *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra: Almedina (2ª edição).